



Marcamos o tempo com a luta de quem trabalha

Manuel Carvalho da Silva
Secretário-Geral da CGTP-IN

Este é um grande 1.º de Maio dos trabalhadores e das trabalhadoras portuguesas pelos seus direitos e interesses e, acima de tudo, pelo futuro do país.

Estamos aqui para dizer não ao desemprego, à precariedade, à redução dos salários, às desigualdades e à pobreza, porque estas são realidades duras que fazem sofrer milhões de portuguesas e que tolhem o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Como vem observando a OIT, só há saídas da crise com políticas económicas que criem emprego, com o combate à precariedade, com o reforço das políticas sociais, com o reinvestimento de parte dos lucros obtidos pelo sector financeiro e económico e a promoção do investimento público, e, travando-se a redução dos salários que vem sendo imposta.

O que tem vindo a ser feito pelo Governo, pelos grandes patrões e gestores do nosso país é o oposto disso. Por isso dizemos: é tempo de mudar. E havemos de conseguir a *mudança com a luta de quem trabalha*.

Quando uma sociedade está em crise, só há uma certeza: Haverá saídas. Elas não se anunciam, constroem-se com projectos e acção dos homens e das mulheres que constituem a sociedade. E é sempre a acção colectiva que dá o impulso de vida necessário ao avanço.

*

Este 1º de Maio realiza-se num crescendo de luta social, de lutas justas, em muitos sectores e empresas.

Daqui saudamos a luta dos trabalhadores do Continente e das Regiões Autónomas e, em particular, dos Distritos de Lisboa e Setúbal, e dos sectores:

Dos Transportes e Comunicações:

- CP;
- Refer;
- Emef,
- Transtejo,
- Soflusa,
- Carris
- Transportes Sul do Tejo,
- CTT;

Da Metalurgia, Química e Indústrias Eléctricas:

- Dos Mineiros da Somincor, e das Minas da Panasqueira,
- Petrogal e Gás de Portugal,
- Águas de Portugal

Do Sector Corticeiro.

Da Construção, Cerâmica e Vidro:

- Vidreiros da Saint Gobain Glasse,
- Abrigada,
- Platex

Da Hotelaria e Turismo:

- Hotéis Tivoli,
- Cantinas,
- Centralcer

Do Comércio e Serviços:

- que obrigou o patronato dos Supermercados a recuar na intenção da aplicação do banco de horas,
- dos trabalhadores das Alisuper

Da Vigilância e Limpeza.

Dos Têxteis, Vestuário e Calçado com a acção.

Da Administração Central e Local, dos Enfermeiros, dos Professores.

*

Este é um 1º de Maio de apelo à indignação, de combate à descrença e às inevitabilidades que nos querem impor. Mas é acima de tudo um 1º de Maio de afirmação de propostas claras, responsáveis e objectivas, de compromissos de luta, de afirmação de convicções, de confiança no futuro.

Completam-se este ano 120 anos de comemorações do 1.º de Maio, evocando a luta dos trabalhadores de Chicago pelas 8 horas de trabalho diário. Foi a justiça da reivindicação e a violência da repressão com que o poder capitalista a tentou travar que despertou revolta e indignação por todo o mundo, tendo-se declarado o dia 1 de Maio como o Dia Internacional dos Trabalhadores. Maio é desde sempre tempo de:

- Homenagear os mortos (continuaram a existir no mundo muitos trabalhadores mártires) e os que sofrem com as violências patronais, com a falta de liberdades e com as políticas antidemocráticas.
- Festejar pelo que se conquista e porque quando colocamos em nós um pouco de alegria que nos dá confiança, incomodamos quem nos explora.
- Reivindicar e lutar. Porque os trabalhadores, pela sua acção colectiva, foram sendo progressivamente determinantes para conquistas nas relações de trabalho, para o avanço da sociedade, para a saída dos grandes bloqueios e para a construção da Democracia.
- Foi assim no caminhar de outros países, foi assim, por exemplo, nas enormes tarefas de reconstrução à saída das 1.^a e 2.^a grandes guerras mundiais.
- Foi assim em Portugal com as lutas operárias que impulsionaram a Implantação da República e a Revolução e as conquistas de Abril...

*

Em 2010 cumprem-se 40 anos sobre a criação da Intersindical. As causas que deram origem às reuniões sindicais em 1970 estão na ordem do dia, horários de trabalho, salários, protecção social, direitos sindicais e laborais. A exigir, mais uma vez, uma grande unidade na acção. Afirmando causas específicas e diferenças diversas é tempo de convergir e unir.

A CGTP-Intersindical Nacional e o sindicalismo que assume todos os dias com a sua intervenção são indispensáveis. Um sindicalismo de massas e de classe, independente, democrático e unitário, que reivindica e propõe, que negocia e luta, que não se acomoda nem se submete a inevitabilidades, que constrói o futuro com os trabalhadores. Um sindicalismo solidário que é espaço e instrumento de todos os trabalhadores, independentemente do seu vínculo de trabalho.

A CGTP-IN reforçar-se-á para servir os interesses de todos os que trabalham em Portugal, para ser activa e solidária no seio do movimento sindical internacional, para impulsionar o desenvolvimento efectivo da sociedade portuguesa.

Comemorando os 40 anos, realizaremos nos sectores e regiões iniciativas que mostrem a riquíssima história da CGTP-IN, construída pelos trabalhadores com os seus sindicatos em duras lutas ao longo de 40 anos, como contributo para as batalhas do presente.

Vamos intervir mais e melhor, e alargar a unidade na acção, reforçar a organização sindical, aumentar a capacidade reivindicativa e da negociação colectiva, melhorar a formação dos quadros sindicais. Vamos rejuvenescer a estrutura sindical e atribuir aos jovens responsabilidades

crescentes. São os jovens os garante a continuidade da CGTP-IN, património de vontades e das lutas de gerações de trabalhadores.

Queremos e vamos crescer ainda mais! Teremos sindicatos com mais poder e mais acção nos locais de trabalho! Com esperança e confiança, construímos a cada dia um futuro melhor.

*

Este 1º de Maio realiza-se num quadro de grandes dificuldades para a grande maioria dos trabalhadores portugueses e com o país vivendo tempos difíceis

O PEC, último instrumento da governação de José Sócrates, representa sérios riscos para a sociedade portuguesa:

Um grave risco de descalabro económico

- Uma política cega de consolidação orçamental pode conduzir ao desastre: o Estado fica sem meios para apoiar a economia, a procura interna definha e o desemprego agrava-se pondo em causa, nomeadamente, a sustentabilidade da segurança social. Podemos daqui a 4 ou 5 anos ter o défice público em 3%, mas termos uma dívida muito maior que a de hoje.
- As privatizações são um desastre. Alienar empresas estratégicas que poderiam suportar uma política de desenvolvimento é errado economicamente e desastroso socialmente! Está provado, pela experiência de décadas de liberalização económica, como a perda de centros de decisão nacionais e de capacidade para impulsionar o investimento afectam a actividade económica e a coesão social.

Um risco de desarticulação de serviços do Estado

Com as novas regras relativas às reformas e à contratação colectiva dos trabalhadores da Administração Pública, agravam-se os problemas nas suas relações de trabalho, destrói-se o vínculo de emprego público e incentiva-se escandalosamente a precariedade.

As consequências já estão à vista. Aumenta a saída de trabalhadores do Estado, incluindo os de elevada qualificação. Há serviços em risco de ruptura. Estão a gerar-se custos de futuro que os portugueses pagarão caro no acesso e na qualidade dos direitos sociais.

O risco de se acentuar gravemente as desigualdades

A causa do défice são os milhares de milhões de euros que saíram do Orçamento de Estado para tapar os buracos de roubos e da má gestão de grupos financeiros e económicos, não foi aquilo que se gastou com salários, subsídios de desemprego, prestações sociais e pensões de reforma.

Os baixos rendimentos da população em geral contrastam com os lucros desmedidos dos grandes accionistas de grupos financeiros e económicos; com as escandalosas remunerações recebidas por dirigentes e executivos de empresas, incluindo públicas; com os paraísos fiscais; com a ostentação de riqueza; com a fuga aos impostos feita pelo patronato e por uma fracção de profissionais liberais; com múltiplas benesses, mordomias, compadrios e injustificados privilégios de alguns; com a retoma em força das actividades especulativas; com o enriquecimento ilícito; com a corrupção em larga escala.

*

Camaradas, dizem-nos que o PEC é uma inevitabilidade da nossa condição de membros da U. Europeia.

Ora, por sermos membros da União Europeia não podemos ser indiferentes ao seu rumo e às suas políticas.

A União Europeia ou se transforma em espaço e projecto de cooperação e solidariedade entre Estados e Povos, ou deixará de existir.

Está hoje mais claro que o Tratado Constitucional constituiu-se, no fundamental, como um monumental embuste, pois não só não resolveu os problemas institucionais e políticos, como agravou os económicos e sociais submetendo ainda mais a União ao neoliberalismo e ao fundamentalismo financeiro e monetário.

A solidariedade mostra-se palavra vã nesta U. Europeia.

Dizem-nos que é preciso mais sacrifícios para acalmar os “mercados”. É o pedido mais cínico que se pode fazer. Foram eles que criaram e criam a crise e é evidente que são insaciáveis ...

Os “mercados” só se acalmarão com a revolta dos trabalhadores e dos povos impondo políticas correctas.

Porque é que na U. Europeia não se criam instrumentos no campo económico e financeiro que permitam afirmar e defender os interesses específicos e colectivos da União Europeia?

Não é admissível a falta de solidariedade para com países que surgem violentamente atacados pela especulação financeira. Deixar um país à mercê dos abutres da especulação e do roubo organizado equivale, em termos de sacrifício do seu povo, a colocá-lo sob declaração de guerra.

É, pois, indispensável reclamar o alargamento do prazo de redução do défice público para além de 2013, de forma a não se pôr em causa o crescimento e o desenvolvimento, que constituem as formas mais eficazes de reduzir a despesa do Estado.

É preciso pôr termo ao absurdo de os Estados serem obrigados a financiar-se nos mercados privados para fazer face às suas dívidas, com taxas de juro elevadíssimas, enquanto os bancos que irão financiar os Estados são refinanciadas pelo Banco Central Europeu a taxas de juro quase nulas;

Olhando o quadro político presente do país, vemos que há hoje plena sintonia entre o Governo/Sócrates, o PR, os Partidos de Direita para criarem nos trabalhadores / povo um sentimento de submissão e de aceitação de sacrifícios.

Sócrates já pegou na agenda social do CDS/PP. Esse é um grande perigo que pode ser demolidor para: Segurança Social, Justiça, Saúde, Educação/Ensino.

O PS pela sua representação social e política é indispensável para desbravar e construir caminhos alternativos, mas a sua direcção não tem vontade política para o fazer. O seu Governo está rendido ao neoliberalismo e incapaz de discutir e de negociar soluções alternativas progressistas, que por muito difíceis que sejam só podem ser construídas à esquerda.

O PSD, converge no que é fundamental e a estratégia da nova direcção acrescenta 3 coisas perigosas: (i) acelerar o desbravar do terreno para uma revisão/subversão da CR.; (ii) colocar os direitos sociais na lógica de mercado (é caso para perguntar: para onde vai o Estado Social?); (iii) privatizar tudo para não haver corrupção, como se o incumprimento das leis, a apropriação indevida, a corrupção em diversas formas fossem menos desenvolvidas pelos grandes senhores do privado.

A direita sabe que há direitos fundamentais, direitos sociais e direitos dos trabalhadores consagrados na Constituição da República que são empecilho às políticas duras que quer impor e por isso chama pela revisão da CR. O PS fugindo-lhe a perninha para a direita e porque já vem concretizando políticas que em alguns aspectos ferem a CR, manifesta disponibilidade para uma possível revisão.

É preciso denunciar e combater este jogo lembrando que o Estado Social é obra de todos, financiado por impostos e por contribuições sociais, e a sua base é solidária e universal. O que é preciso é cumprir a CR e não revê-la.

Por outro lado, o PR tenta que os próximos 8 meses passem sem grandes percalços que o obriguem a expor-se porque não quer perturbar a sua recandidatura.

Ora a situação em que estamos e que vamos viver não se adequa a estas práticas políticas. Podem agravar-se os problemas! Os trabalhadores e o povo têm que exigir respostas claras e assumpção de responsabilidades.

*

Camaradas,

Não é admissível que se ressuscite o velho e reaccionário estigma de que “Os pobres, os desempregados e o comum dos trabalhadores são potencialmente malandros”. Ele é agora ressuscitado como sustentação de ataque aos níveis de protecção social e como instrumento de redução da retribuição do trabalho.

Acelerou-se uma violenta campanha ideológica para, aproveitando a crise, criar nos portugueses sentimentos irracionais de inveja e ódios, gerando uma espiral regressiva sobre os direitos no trabalho e sobre os direitos sociais.

Há uma casta (velha e nova grande burguesia) que se apropriou da riqueza com os fundos comunitários; vai acumulando dinheiro com este modelo de baixos salários, muita precariedade e desrespeito das leis; ganharam dinheiro com a destruição do aparelho produtivo, a especulação imobiliária e o negócio do alcatrão e das rotundas; enriquecem com negociatas público/privado, com a fuga ao fisco e a colocação da riqueza em paraísos fiscais ...

Agora receitam a redução do subsídio de desemprego. O que querem eles atingir?

- Transportar para os desempregados a responsabilidade de não haver emprego.
- Forçar a mão-de-obra disponível a aceitar trabalho a qualquer preço.
- Induzir factores de pressão negativa sobre os salários de todos os trabalhadores dos sectores privado e público.

Quem são os malandros no país? Os desempregados ou os que, muitas vezes por ganância, os colocaram no desemprego? Os que recebem subsídio de desemprego, ou prestações sociais, ou os que se apropriam de milhões indevidamente, ou de forma gananciosa?

PSD e CDS clamam contra os apoios sociais mas todos os dias exigem mais e mais apoios públicos para os empresários, que cada vez estão mais subsídio-dependentes do Estado. Será que Paulo Portas e Passos Coelho vão defender apoios em géneros aos patrões que podem ter má cabeça e gastar mal o dinheiro? Será que pensam criar um tributo social para os patrões que recebem apoios públicos?

Onde se pode poupar mais? Nos magros euros de um subsídio, ou nos milhões de que alguns se apropriam indevidamente?

Dizem-nos que há casos de oportunismo no comportamento de alguns desempregados. Quando a troca de favores, o desenrasca em vez de práticas de rigor e trabalho, os jogos de compadrio e corrupção, o enriquecimento fácil e rápido se tornam práticas de quem está no poder (económico e político) degrada-se o exercício e o crédito da política e a sociedade inevitavelmente é contaminada. Inevitavelmente, multiplicam-se os casos de desleixo e oportunismo por toda a estrutura da sociedade e quantitativamente ampliam-se na base. Sem correcção na base, porque em cima estão 3 ou 4 mil e em baixo 10 milhões.

É preciso ética e moralização da governação. Essa grande burguesia que se instalou tem que ser afrontada nos seus interesses e objectivos.

Para se sair dos bloqueios em que o país está tem que haver propostas credíveis transparentes, rigorosas, efectiva negociação e compromissos políticos e sociais em certas dimensões importantes, também, entre o capital e o trabalho. É esse o papel da negociação colectiva.

Mas se, quer no sector privado quer no público, não há negociação colectiva (ou se fragiliza); se o diálogo social para a definição de princípios que o sustentem e para estabelecer objectivos partilhados por todos não existe; se a concertação social é um mero processo instrumental de compromisso para a execução das decisões já tomadas (o processo de 4.ª feira com as reuniões do PM/Passos Coelho e a reunião da CPCS); se algumas das desigualdades existentes resultam dos tais compromissos encenados e previamente combinados com os patrões, se o Governo e a direita estão empenhados em subjugar as pessoas pela imposição de sacrifícios, pela precarização, pela fragilização da democracia, criando uma espécie de “consenso do medo”; se se atacam os sindicatos e se diabolizam os trabalhadores no activo e os desempregados, como se vai sair da crise?

Como se pode responsabilizar e mobilizar os trabalhadores e as suas organizações que são indispensáveis para se encontrar respostas? É indispensável novos processos e novas práticas!

O que é preciso é mudar de rumo, mudar de políticas. O País tem futuro dando prioridade aos anseios dos trabalhadores e do povo português.

É preciso cortar nas despesas desnecessárias e a CGTP-IN avançou com propostas concretas, nos desperdícios e no mau aproveitamento de recursos. Acabar com a entrega a privados dos serviços que custam milhares de milhões de euros e que podem ser feitos pela Administração Pública; racionalizar a aquisição de bens e serviços; reponderar alguns dos aspectos dos grandes investimentos públicos; renegociar e ir progressivamente acabando com as parcerias dos serviços públicos – privados; acabar com o escândalo das derrapagens de custos em obras e projecto.

Há que aumentar as receitas do Estado sem penalizar a larga maioria da população, introduzir maior justiça fiscal, proteger o ambiente e combater as desigualdades.

Se os trabalhadores, os reformados e outras camadas fazem sacrifícios, se uma parte dos empresários cumpre as suas obrigações, vamos continuar a permitir o não pagamento de impostos e a fraude fiscal? E que os detentores de elevadas fortunas e os que colocam capitais em paraísos fiscais ou especulam na bolsa, tenham ganhos fabulosos sem contribuir para o Orçamento de Estado? Ou que produtos e bens considerados de luxo, sejam taxados como se fossem bens indispensáveis?

Vamos mobilizar os trabalhadores e o povo português!

- Exigindo a dinamização do sector produtivo, nomeadamente, do sector agrícola e do marítimo e reindustrializar o país;
- Para combater a economia paralela, que hoje vale mais de 35 mil milhões de euros, e constitui um perigoso obstáculo ao desenvolvimento;
- Para melhorar os salários e as pensões e combater as políticas de miséria;
- Para melhorar a qualificação incentivando a formação profissional e a investigação;
- Para responder às prioridades sociais, principalmente ao flagelo do desemprego, reforçando a protecção social.
- Para a erradicação da pobreza e da exclusão social.

É preciso uma nova política!

É possível e tem que se criar emprego com e sem crescimento económico significativo. Os jovens têm direito a estabilidade e segurança. Não é admissível propor-lhes condições de trabalho que lhes tornam todos os seus projectos de vida provisórios.

É preciso aumentar os salários para promover uma justa distribuição do rendimento, encurtar o leque salarial entre os trabalhadores e os gestores, melhorar o nível de vida das famílias, dinamizar a economia, reforçar a sustentabilidade financeira da segurança social,

O salário não é mero subsídio de subsistência, mas sim uma parte da riqueza produzida pelo trabalho.

O salário não é substituível por sistemas de crédito que penduram e amarfancam as pessoas em dependências que as impendem de serem cidadãos plenos.

É preciso que o direito à negociação seja respeitado e que a Contratação Colectiva seja um instrumento de progresso social. Ela constitui o mais seguro ancoradouro dos direitos dos trabalhadores, o instrumento fundamental para melhorar a retribuição do trabalho e o fundamental instrumento de políticas para assegurar uma mais justa distribuição da riqueza.

*

Vamos reforçar o esclarecimento e a mobilização, intensificar a luta

Há que unir capacidades e vontades, fazer convergir os objectivos e a força das reivindicações de quem trabalha, para concretizar a mudança de rumo de que o país necessita.

Na sequência da luta desenvolvida em inúmeras empresas e serviços, tendo presente os objectivos que nos trouxeram a este grande 1.º de Maio e o sentimento generalizado da necessidade de convergência na acção, a CGTP-IN convoca para o dia 29 de Maio, sábado, em Lisboa, uma Grande Manifestação Nacional.

A uma só voz, trabalhadores da Administração Pública, do Sector Privado e, também, camadas da população vítimas de políticas injustas, vamos exigir “Um Novo Rumo, com a luta de quem trabalha”

- Contra o desemprego
- Emprego com direitos
- Melhores salários, para todos

Temos confiança!

É possível uma vida melhor para todos os que trabalham e vivem em Portugal, em particular para as gerações jovens.

Vamos fazer de 29 de Maio, um momento alto da luta dos trabalhadores e do sindicalismo que protagonizamos, a favor do progresso social e do desenvolvimento do país.

VIVA A LUTA DOS TRABALHADORES!

VIVA O 1.º DE MAIO!

VIVA A CGTP-IN!